



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

ÓRGÃO ESPECIAL

Resultado da Pauta de Julgamento
Sessão Administrativa realizada em 29 de setembro de 2022
A íntegra das decisões será lançada nas respectivas Certidões de Julgamento

Edital nº 08/2022

01 – Aprovação das Atas anteriores

Decisão: Aprovar a Ata OE Nº 06/2022 (Sessão realizada em 28/07/2022) E a Ata OE Nº 07/2022 (Sessão realizada em 25/08/2022)

RELATOR: FABIO GRASELLI

02 – 23523/2020 PROAD – em prosseguimento

Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Assunto: Proposta de resolução administrativa que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Decisão: APROVAR a proposta de resolução administrativa que institui a Política de Prevenção e Combate ao Assédio no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, observadas as alterações sugeridas.

03 – 2400/2021 PROAD – em prosseguimento

Interessada: Antonia Regina Tancini Pestana

Advogada: Nathália Tancini Pestana (OAB/SP 308.531)

Assunto: Recurso Administrativo – Abono de permanência

Decisão: CONHECER do recurso administrativo interposto pela Excelentíssima Desembargadora Antonia Regina Tancini Pestana e, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO, para reconhecer o direito postulado.

04 – 22021/2022 PROAD

Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Assunto: Proposta de resolução administrativa que dispõe sobre os plantões judiciais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e revoga a Resolução Administrativa nº 22/2019

Decisão: Pedidos sucessivos de Vista Regimental dos Excelentíssimos Desembargadores João Alberto Alves Machado e Samuel Hugo Lima.

05 – 15421/2022 PROAD – ad referendum

Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Assunto: Resolução Administrativa 007/2022 e Resolução Administrativa 010/2022, que dispõem sobre a criação de cargos em comissão e sobre a transformação de funções comissionadas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Decisão: REFERENDAR as Resoluções Administrativas nº 07/2022 e nº 10/2022, que dispõem sobre a criação de cargos em comissão e sobre a transformação das funções comissionadas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

06 – 19472/2022 PROAD - ad referendum

Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Assunto: Provimento GP-CR 005/2022, que regulamenta a atuação das unidades de apoio judiciário especializado de primeiro grau na fase de execução, revoga os Provimentos GP-CR 01/2014 e 04/2018 e o Capítulo CM (Da Central de Mandados) da Consolidação de Normas da Corregedoria, e dá outras providências

Decisão: Pedidos sucessivos de Vista Regimental da Excelentíssima Desembargadora Luciane Storer e dos Excelentíssimos Desembargadores Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani e Jorge Luiz Souto Maior

07 – 15410/2022 PROAD – ad referendum

Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Assunto: Remoção automatizada de Juízes Titulares entre Varas do Trabalho

Decisão: REFERENDAR a decisão da Excelentíssima Presidente do Tribunal que autorizou, a partir de 22/8/2022, a remoção do Excelentíssimo Juiz José Antônio Gomes de Oliveira, para a Vara do Trabalho de São José do Rio Preto conforme Ato nº 007/2022-GP/AAM, disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho em 19/8/2022.

08 – 21617/2022 PROAD

Interessado: Eduardo Benedito de Oliveira Zanella

Assunto: Aposentadoria de Desembargador

Decisão: DEFERIR o processamento do pedido de aposentadoria formulado pelo Excelentíssimo Desembargador Eduardo Benedito de Oliveira Zanella, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c artigo 3º, caput, e § 1º da Emenda Constitucional nº 103/2019, com o encaminhamento dos autos ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

RELATOR: FRANCISCO ALBERTO DA MOTTA PEIXOTO GIORDANI

09 – 2478/2022 PROAD

Interessado: Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região – AMATRA XV

Assunto: Embargos de Declaração em Recurso Administrativo – Indenização de férias não usufruídas pelos magistrados

Decisão: CONHECER e DAR PROVIMENTO aos embargos de declaração opostos pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região - AMATRA XV, para acrescentar, no acórdão embargado, a declaração de que os dias de férias do período aquisitivo do ano de 2021, não usufruídos pelos magistrados após o decurso da concessão, decorreram de imperiosa necessidade de serviço, bem como dispensar a exigência de que, após a indenização, devem remanescer dois períodos acumulados de saldo de férias.